

VIVA AFRODITE!: ***SUPERINTERESSANTE E O*** **DISCURSO SOBRE SEXUALIDADE** **FEMININA**

Elisa de Magalhães e Guimarães

Orientadora: Silmara Dela Silva

Mestranda

RESUMO: O presente trabalho traz um recorte da análise empreendida ao longo do mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Filiado ao quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux (1997 [1969]), o projeto de pesquisa em andamento tem como objetivo apontar os possíveis efeitos de sentido sobre masculino e feminino gerados pelo discurso da revista *Superinteressante*. Para isto, foram analisadas reportagens de capa que se debruçam sobre assuntos relacionados a gênero, sexualidade e comportamento, publicadas desde o lançamento da revista, em 1987, até 2015. Neste recorte, propomos abordar a forma como a sexualidade feminina comparece nas páginas de *Superinteressante*. Inserida no campo da divulgação científica, *Superinteressante* coloca em circulação determinados dizeres sobre a sexualidade da mulher, mobilizando uma memória sobre o que é o desejo feminino e gerando efeitos de sentido a seu respeito. Em nosso imaginário social, a ciência ocupa uma posição privilegiada de detentora de uma objetividade e de uma racionalidade plenas. Por sua vez, o discurso jornalístico se constitui como uma modalidade de discurso-sobre, atuando na homogeneização dos sentidos e na instituição de verdades (MARIANI, 1996). Assim, ao colocar tais dizeres em circulação, *Superinteressante* lhes confere um caráter de verdade científica. Na análise realizada até o momento, percebemos que o desejo sexual da mulher comparece no discurso da revista de quatro formas: como reprimido pela sociedade, como um mero complemento ao desejo sexual masculino, como um mistério a ser resolvido ou como uma porta de entrada para o consumo.

PALAVRAS-CHAVE: divulgação científica, mulher, sexualidade, análise do discurso.

Introdução

Quando pensamos no controle da sexualidade, especialmente da sexualidade feminina, normalmente, a instituição social que nos vêm à mente é a religião. É mobilizada uma rede de memórias que vai desde as imposições feitas pelos grupos fundamentalistas do Oriente Médio, como o Estado Islâmico, até a pressão exercida na política brasileira pela Igreja Católica e pela bancada evangélica para barrar pautas como a descriminalização do aborto e reverter direitos como o acesso a determinados métodos contraceptivos. A repressão da sexualidade feminina, nestes casos, é justificada por mitos como o de Adão e Eva, que constitui a gênese da humanidade em todas as religiões abraâmicas.

Ao examinar o funcionamento do mito do Éden dentro da formação ideológica cristã, Beauvoir (2009 [1949]) aponta a existência de um imaginário da mulher como lugar da tentação que ameaça os homens, tirando-lhes do caminho da salvação. A mulher, portanto, não exerceria sua sexualidade como forma de obter prazer, mas como uma ferramenta de manipulação, e representaria exatamente a *carne*, o pecado original tão rejeitado pelo cristianismo. Segundo a autora:

O Mal é uma realidade absoluta e a carne, um pecado. E, naturalmente, como nunca a mulher deixa de ser o Outro, não se considera que homem e mulher sejam reciprocamente carne: a carne, que é para o cristão o *Outro* inimigo, não se distingue da mulher. (BEAUVOIR, 2009 [1949], p.241)¹

Porém, não é apenas dentro de uma formação ideológica religiosa que se produzem discursos sobre a sexualidade feminina que mostram um desconhecimento da mulher enquanto sujeito de desejo. Percebida, em nossa formação social, como o exato oposto da religião, a própria ciência muitas vezes coloca a mulher em uma posição de objeto para a satisfação masculina ou como dona de uma sexualidade mística que nem mesmo os pesquisadores mais dedicados seriam capazes de compreender. Afinal, o surgimento do pensamento científico não elimina a existência das ideologias religiosas:

¹ Uma vez que este é um trabalho inserido no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso, é importante lembrar que o Outro, com O maiúsculo, a que se refere Beauvoir – a alteridade absoluta que se mostra como estranha e inimiga – não deve ser confundido com o Outro de Lacan trabalhado por Pêcheux como o Sujeito absoluto e universal que determina como devem pensar e se portar os sujeitos em uma formação ideológica dada (PÊCHEUX, 1995 [1973]).

ciência e religião coexistem em uma mesma formação social e seus discursos se entrecruzam, complementam e informam uns aos outros, dentro do que Althusser (1987) chama de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Os AIE são instituições públicas ou privadas que tem como princípio de seu funcionamento a reprodução das condições de produção em uma determinada formação social. Embora o autor não inclua as instituições de pesquisa científica entre esses aparelhos, entendemos que a ciência é, também, um braço dos AIE na medida em que reforça pré-construídos a respeito do mundo em que vivemos.

Produzido em instituições de acesso restrito ao grande público, o conhecimento científico é divulgado por outro AIE identificado por Althusser (*idem*, p. 68): a mídia. São muitos os veículos dedicados à divulgação científica, tanto na chamada mídia tradicional – cadernos de jornais, revistas especializadas, programas de televisão – quanto na internet. No Brasil, um dos principais meios de comunicação voltados para a divulgação científica é a revista *Superinteressante*, lançada em 1987, com o objetivo declarado de oferecer “aos leitores uma visão ampla do que se fez, do que se faz e (...) do que se fará em termos de pesquisa e realização científica e tecnológica” (CIVITA, 2012 [1987]).

Constituído em um espaço discursivo intervalar entre as ordens da ciência, da mídia e do senso comum (GRIGOLETTO, 2005), o discurso de divulgação científica produz efeitos de sentido distintos daqueles produzidos, por exemplo, por um artigo científico ou uma comunicação oral feita em um congresso. Assim, tomando como objeto reportagens de capa da revista *Superinteressante*, nos propomos, neste artigo, a apontar efeitos de sentidos possíveis no que diz respeito à sexualidade feminina e sua representação em matérias de divulgação científica.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde março de 2016, sob orientação da professora Silmara Dela Silva, no mestrado de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, sobre como discursos sobre o masculino e o feminino comparecem nas páginas da revista. O corpus é constituído de 15 reportagens de capa sobre gênero, sexualidade e comportamento publicadas por *Superinteressante*. Filiada ao quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux (1997 [1969]), a pesquisa trabalha com as noções de sujeito cingido entre consciente e inconsciente, de interpelação ideológica e do sentido como não atrelado à palavra ou à vontade daquele que a

enuncia, mas sempre passível de deslizamento dependendo da formação discursiva e da posição-sujeito com as quais se identifica(m) o(s) sujeito(s). Por meio da teoria pêncheutiana, procuramos ir além de uma suposta vontade autoral ou interpretação individual para entender como questionamentos e reproduções de já-ditos sobre a sexualidade feminina se constituem e produzem efeitos de sentido para os leitores da revista, inseridos em uma formação social regida por uma ideologia dominante que vê homens e mulheres como essencialmente diferentes, com as segundas em uma posição subalterna aos primeiros.

A sexualidade feminina na modernidade

A partir do século XI, as relações de vassalagem e o domínio religioso associados à Idade Média, na Europa, começaram a dar lugar a um novo sistema, que ganharia corpo no período que ficou conhecido como Renascimento e se consolidaria após as Revoluções Americana e Francesa, no século XVIII. Centrado nas relações econômicas entre indivíduos, o capitalismo nascente foi marcado por um crescimento das grandes cidades, a ascensão de um sistema jurídico que substituiu a religião como força determinante dos direitos e deveres dos cidadãos, a expansão do pensamento científico e do racionalismo em oposição aos dogmas da Igreja e um processo de “autonomização do sujeito” (BAALBAKI, 2010, p. 52). Cada sujeito passava a ser um indivíduo plenamente consciente de si, capaz de decidir seu próprio destino e de responder perante a lei por suas ações.

Segundo Kehl (2008), instaura-se, durante a consolidação da ideologia burguesa, um primado da personalidade: propriedade privada fundamental, ela deveria ser controlada pelo sujeito tanto no nível da ação quanto no de seus sentimentos – aquilo que o sujeito aparenta coincide, segundo esta ideologia, com aquilo que o sujeito é. Conforme a autora:

A autoconsciência de ser um indivíduo, diferenciado de todos os outros, não favoreceu a espontaneidade de expressão do eu; pelo contrário, a inibiu. O sentimento espontâneo facilmente era classificado como fora do normal. O domínio público, espaço das transações comerciais, sociais e políticas das grandes cidades do século XIX, era o espaço de convivência entre uma multidão de desconhecidos, formada por uma diversidade de tipos sociais sem precedentes na história do Ocidente. Era preciso aprender a decifrar, com a maior precisão possível, os sinais emitidos voluntária ou

involuntariamente pelo outro, para saber com que tipo de pessoa se estava lidando. (KEHL, 2008, p. 40)

Neste contexto, acentua-se a divisão entre a esfera pública e a privada. Ao passo que a primeira seria o lugar das transações econômicas e políticas interpessoais, a segunda seria voltada para a intimidade e o relaxamento. Porém, esta divisão aguda entre o público e o privado resultou, também, em uma reorganização das identidades dos sujeitos com base no sexo a que pertenciam. Associados à esfera pública, os homens deixaram de ser definidos pelas relações familiares do Antigo Regime: esperava-se deles, agora, que encontrassem seu lugar no mundo de acordo com o seu próprio espírito empreendedor. A violência dos duelos corpo a corpo da era feudal dava lugar a um novo tipo de masculinidade, calculista, racional e regulada, em que a própria violência torna-se institucionalizada, especialidade de exércitos profissionais (CONNEL, 2000).

Já a mulher, vista como pertencente ao espaço doméstico² e tendo perdido parte de suas atividades produtivas para a crescente industrialização (DAVIS, 2017 [1981]), passa a ser entendida como devotada exclusivamente ao cuidado com o marido, os filhos e o lar. Embora devesse também ser educada, conforme os princípios Iluministas, devia sê-lo apenas na medida em que sua educação pudesse servir ao lar; era naturalmente frágil e intelectualmente inferior, precisando da proteção constante do homem; e, no âmbito sexual, deveria guardar o pudor e o recato, manter-se virgem até o casamento e fiel ao marido, tanto como forma de não ameaçar a virilidade do homem (KEHL, 2008) quanto para não produzir filhos que pudessem representar um risco à continuidade do patrimônio familiar (SOIHET, 1997). Tais argumentos tiveram o respaldo da crescente cultura jurídica e médico-científica, que, entre outras coisas, deixava as finanças da mulher sempre sob o controle de um parente homem e prescrevia para as meninas uma alimentação mais frugal e quase nenhuma atividade física de forma a melhor acomodar a incapacidade e a fraqueza naturais da mulher.

Muito embora o recato feminino fosse amplamente difundido, alguma divergência pode ser vista na literatura dos séculos XVIII e XIX a respeito de suas origens. A castidade era ora entendida como uma recomendação para a educação das mulheres, ora como um imperativo natural. Ao comentar as prescrições para as

2 Tanto antes quanto depois do século XIX, muitas mulheres ocuparam postos de trabalho no serviço doméstico ou na indústria nascente. Porém, o ideal burguês de feminilidade, que constitui o imaginário dominante do que significa ser mulher, não contemplava esta possibilidade.

mulheres feitas por Rousseau em seu *Emílio, ou Da educação*, originalmente publicado 1762, Kehl (idem) explica que

[o] grande filósofo dos ideais românticos de harmonia entre homem e natureza considera a educação necessária para aprimorar esta harmonia e tomá-la compatível com as necessidades mínimas da vida em sociedade. A mulher, que em seu puro “estado de natureza” pode ser reduzida à força de seu sexo, deve ser especialmente domesticada para que seus “desejos ilimitados” não destruam a ordem social e familiar. Assim, as qualidades do recato, do pudor e da vergonha não são inatas às mulheres, mas devem ser cuidadosamente cultivadas para servirem de freio a seus desejos que, à diferença das fêmeas animais, não se reduzem ao ciclo biológico. (p. 68)

Já Soihet (1997) aponta que o médico italiano Cesare Lombroso, cujas ideias tiveram grande impacto sobre a legislação brasileira da virada do século XIX para o XX, recomendava que apenas a mulher fosse responsabilizada judicialmente pelo crime de adultério por ter uma “menor sensibilidade nos mais diversos âmbitos, especialmente na sexualidade” (idem, p. 381). Uma das justificativas deste argumento era “a sua capacidade de manter a castidade, por longo tempo; atitude impossível de exigir-se dos homens” (ibidem, p. 381).

Independentemente da razão atribuída aos supostos recato e castidade femininos, textos como os assinados por Rousseau e Lombroso, associados à predominância de uma formação ideológica cristã que divide a mulher entre mães virginais e fontes de tentação, produziram um desconhecimento sobre o corpo e a sexualidade femininos que perdurou por séculos. Ao examinar revistas e suplementos femininos brasileiros dos anos 1950, Bassanezi (1997) aponta que, seguindo a tendência americana de incentivar a volta das mulheres ao lar na economia do pós-Segunda Guerra, a moral sexual diferenciada para homens e mulheres permanecia forte. Baseada em uma ideologia que via o homem como naturalmente promíscuo e a sexualidade feminina como subordinada à masculina, a mídia e os especialistas da época recomendavam que as mulheres mantivessem a virgindade até o casamento e não se relacionassem com outros homens sob o risco de perderem o respeito de outros membros da sociedade. Em uma época em que casamentos arranjados já estavam fora de moda, “[o]s pais já não poderiam ser tão rígidos e as jovens deveriam aprender a controlar-se a si mesmas, distinguir *o certo do errado* de forma a conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade em limites bem estreitos: *dando-se ao respeito*” (p. 610).

Nos últimos anos da década, porém, a moral sexual já dava sinais de mudança. Bassanezi (1997) aponta que, aos poucos, começou a se tornar comum ver casais de jovens se beijando nas ruas à moda dos filmes hollywoodianos. Na década de 1960, a chamada “revolução sexual” e a nova onda do movimento feminista começaram a produzir alterações na forma como a sexualidade feminina era entendida. Em 1963, a pílula anticoncepcional começou a ser vendida no Brasil e, em 1977, o divórcio passou a ser reconhecido pela legislação do país, duas mudanças que tiveram grande impacto sobre a liberdade amorosa e sexual da mulher – ao menos da mulher de classe média das áreas urbanas. Porém, as ideias difundidas no começo do século ainda exercem sua influência no discurso contemporâneo sobre a sexualidade feminina. Prova disto é que apenas em 2003, com a mudança no Código Civil brasileiro, foi eliminada a possibilidade de um homem pedir a anulação de seu casamento ao descobrir que a esposa não era mais virgem. E, recentemente, um juiz considerou aceitável um pai espancar sua filha adolescente como punição por ter descoberto que ela mantinha relações sexuais com um homem.

Mais do que acontecimentos empíricos, a repressão e a relativa libertação da sexualidade feminina constituem uma rede de memórias a respeito do referente discursivo mulher. Segundo Achard (1999), “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (p. 11). Assim, todo discurso produzido sobre a mulher enquanto uma categoria social movimenta os dizeres que o antecedem. Sob a ilusão de que é fonte originária do seu dizer, o sujeito se esquece de que fala de dentro de uma matriz de sentidos – uma formação discursiva – que o precede. Também esquece que os sentidos são sempre passíveis de deslizamento, de forma que, mesmo que acredite falar em nome do prazer da mulher, pode gerar também efeitos de sentido de cerceamento do desejo sexual feminino (PÊCHEUX, 1995 [1973], p. 173).

Entre Natascha e Afrodite: a sexualidade feminina em *Superinteressante*

Nos momentos em que a sexualidade feminina foi abordada nas 15 reportagens analisadas da revista *Superinteressante*, notamos que a mulher e o seu desejo comparecem principalmente de quatro maneiras. Nas sequências discursivas (SDs) abaixo, veremos quais imagens de mulher e sexualidade feminina entram em jogo no discurso da revista.

As SDs foram separadas em eixos temáticos, e as análises serão apresentadas em blocos de acordo com estes eixos. No primeiro deles, percebemos uma representação da mulher não como um sujeito de desejo, mas como um objeto para a satisfação masculina.

SD1: Novas pesquisas revelam aquilo que durante muito tempo homens e mulheres não conseguiram – ou não quiseram – ver: o corpo feminino foi **feito para o prazer**. (*Viva Afrodite!*, outubro/2000)

SD2: Os médicos alegam que sem a ereção masculina não há penetração sexual, daí a atenção sobre esse mecanismo. “Já os órgãos genitais femininos estão **sempre prontos para a relação**”, diz Euzimar Coutinho. (*Farmácia do prazer*, setembro/1998)

SD3: Loura, ela está de braços, os braços pousados na cama, uma penugem rala atravessa-lhe o dorso reluzente, os pés parecem balançar naquela **atitude displicentemente sexy** que décadas de **calendários de borracharia e revistas pornográficas** entronizaram no **imaginário masculino**. O rosto imaculado e claro não transmite sentimento algum. Ela apenas sorri. Ela resplandece. Ela é linda. (...) A beleza de Natascha **não tem nada de sexual**. (*Inocência roubada*, maio/2002)

Pêcheux (1995 [1973]) define as formações discursivas como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”. É com as formações discursivas que os sujeitos devem se identificar no momento de enunciação do seu dizer para que aquilo que dizem possa gerar sentido. Os sujeitos e seus dizeres podem transitar entre formações discursivas, porém, isto faz com que os efeitos de sentido produzidos no discurso também mudem. O sentido sempre pode ser outro, dependendo da formação discursiva na qual ele se insere e da posição-sujeito com a qual o sujeito se identifica.

Na reportagem *Viva Afrodite!*, de onde recortamos a SD1, *Superinteressante* se propõe a criticar, por meio de pesquisas científicas, a concepção de que a mulher não teria prazer sexual, ou não o teria tanto quanto o homem. Porém, uma vez que seu dizer circula em uma formação social regida por uma formação ideológica que vê a mulher como subserviente ao homem, ao dizer que o corpo da mulher é feito para o prazer, a

revista tanto pode dizer que ele é capaz de sentir prazer quanto que ele existe para satisfazer o outro. Se relacionarmos a SD1 com o que é dito na SD2, através da inclusão da fala do médico Euzimar Coutinho no fio do discurso da revista, vemos uma desconsideração dos mecanismos sexuais do corpo feminino. A mulher é colocada numa posição de alguém que está constantemente disponível para o prazer alheio.

O mesmo acontece na SD3: a descrição de Natascha nega a afirmação feita pela revista de que a beleza da garota não tem nada de sexual, uma vez que a associa com uma série de imagens que remetem a uma memória do erotismo e da pornografia consumidos pelo homem. Ou seja, mesmo não sendo entendida como um sujeito capaz de sentir desejo sexual, tanto pela lei quanto pela moral vigente em nossa formação social, e dona de uma beleza que não deveria ser entendida como sexual, Natascha é apresentada como um objeto de desejo.

Em outros momentos, a revista reconhece a sexualidade feminina como autônoma e coloca a mulher em uma posição de sujeito desejante. Porém, nestes casos, a imagem de sexualidade feminina que comparece no discurso da revista é ou de um mistério difícil de ser solucionado até mesmo para a própria ciência, mobilizando uma memória do desconhecimento produzido pela negação da mulher enquanto sujeito de desejo, ou como atrelada ao consumo. Vejamos abaixo como se produzem estes dois movimentos.

SD4: Os mecanismos do orgasmo feminino são **tão complicados que os médicos ainda estão longe de entendê-los**. (*Viva Afrodite!*, outubro/2000)

SD5: Mas cuidado com a pílula anticoncepcional: ela pode distorcer essa comunicação olfativa, fazendo a mulher **perder a capacidade de reconhecer o que a atrai**. (*Amor – O início*, julho/2010)

Além do próprio título da reportagem *Viva Afrodite!*, que já aponta para a sexualidade feminina como algo pertencente à ordem do misticismo, outros dizeres da revista também produzem efeitos de sentido sobre o desejo da mulher como fora do alcance da compreensão humana. Nas SDs 4 e 5, a sexualidade feminina é representada como obscura de duas maneiras. No primeiro caso, o orgasmo da mulher é descrito como tão complexo que nem a ciência – que deveria ser dona de todas as respostas – é capaz de compreendê-lo. Isto é colocado em oposição ao orgasmo masculino,

considerado descomplicado: “o homem [chega] ao clímax sempre do mesmo jeito”, é dito na mesma reportagem. Além dos mecanismos do orgasmo, o próprio desejo sexual feminino também é colocado como sendo da ordem do incompreensível: nem mesmo as mulheres são capazes de reconhecer aquilo que as atrai.

O desejo sexual feminino seria determinado biologicamente. É um fato biológico, segundo a revista, que a mulher deve se sentir atraída por este ou aquele tipo de homem – ou de bem de consumo, conforme vimos anteriormente. Qualquer outra manifestação da sua sexualidade seria uma deturpação da ordem natural, que a própria mulher não conhece assim tão bem.

SD6: “**A sexualidade da mulher tem foco amplo. Inclui romance, lençóis bonitos, dançar, jantar, perfumes. A do homem é concentrada no orgasmo**”, diz Helen, a mais destacada autora deste movimento “pós-feminista”, que baseia seus argumentos em pesquisas científicas. (*Viva Afrodite!*, outubro/2000)

SD7: Na dança do acasalamento humano, os **homens dão mais valor à beleza e à juventude** – e as **mulheres estão mais preocupadas com o nível socioeconômico do parceiro** (sim, isso inclui **dinheiro**). (*Amor – O Início*, julho/2010)

Há um pré-construído em nossa formação social de que a mulher não tem interesse por sexo – ou mesmo por amor –, mas por status social. “Quem gosta de homem é viado. Mulher gosta é de dinheiro” é uma frase frequentemente repetida, no Brasil, por pessoas de diversas regiões e classes sociais. *Superinteressante* não chega a dizer que as mulheres não possuem desejo sexual, mas constrói uma equivalência entre sexualidade feminina e status. Enquanto os homens estariam mais interessados no orgasmo ou na beleza de sua parceira – ou sua juventude, o que nos remete à descrição de Natascha, na SD3 –, as mulheres desejam alcançar uma determinada posição, seja por meio do dinheiro propriamente dito, de códigos sociais intimamente ligados a classe social, como a dança e a comida, seja por meio de itens de consumo. Tais coisas são conseguidas por meio do parceiro, não pelo esforço da mulher, que apenas recentemente passou a ter o controle das suas próprias riquezas, de forma que o desejo sexual feminino é visto como atrelado a símbolos de poder socioeconômico.

Por fim, notamos que *Superinteressante*, em determinados momentos, vê a mulher como vitimada por pressões sociais que cerceiam a sua sexualidade. A revista

aponta para um reconhecimento da ideologia que levou ao desconhecimento do desejo sexual da mulher, reforçada, em nossa formação social, por um discurso religioso, mas também pela memória de um discurso científico que, por muito tempo, determinou o que era a natureza feminina, e que ainda se manifesta em pensamentos como o do médico Euzimar Coutinho, da SD2.

SD8: Novas evidências sobre o clitóris e pesquisas de comportamento animal provaram que a mulher nasceu, sim, para ter prazer no sexo e que sua propagada vocação para a monogamia não passa de **imposição cultural**, sem nada a ver com sua **programação natural**. (*Viva Afrodite!*, outubro/2000)

SD9: Poucas mulheres são fisicamente incapazes de ter orgasmo. Tal incapacidade em geral é fruto de condições psicológicas, como **traumas decorrentes de um abuso sexual, de uma educação rígida ou de opressão social e religiosa**. (*Viva Afrodite!*, outubro/2000)

Assim como na hora em que fala da pílula anticoncepcional e de sua capacidade de distorcer a percepção da mulher daquilo que a atrai, *Superinteressante* aponta para a existência de uma programação natural que é deturpada por uma imposição cultural na SD8. Embora não com estes termos, a revista reconhece o papel do ideológico na construção de um sujeito mulher. Contudo, tal interferência se dá apenas no que diz respeito à monogamia: conforme vimos anteriormente, aquilo que atrai a mulher – o status – e seu lugar como objeto sexual masculino são determinados biologicamente.

Já na SD9, produz-se um efeito de sentido de que são poucas as mulheres traumatizadas por abusos sexuais ou por uma educação rígida ou uma opressão social e religiosa. Afinal, se estes os motivos para uma mulher não conseguir chegar ao orgasmo, e se são poucas as mulheres “fisicamente incapazes de ter um orgasmo”, é porque são poucas, também, as que lidam com esses traumas. A opressão não é tratada como um problema estrutural: não é adjetivada como sendo mais intensa do que o normal. É apenas a mulher oprimida que não chega ao orgasmo, e é apenas com poucas que isto acontece.

Assim, vemos que o dizer da revista é enunciado de uma posição ora de identificação, ora de contra-identificação com uma formação discursiva dentro da qual circulam sentidos sobre o desejo da mulher como inexistente ou subordinado ao prazer

masculino. Também há uma identificação com uma formação discursiva heteronormativa, uma vez que é sempre com relação ao homem que a sexualidade feminina é abordada.

Considerações finais

Mariani (1996) classifica o discurso jornalístico como um *discurso sobre*, ou

discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (idem, pp. 21-22)

Assim, não apenas o discurso jornalístico mobiliza uma memória que o precede, ele também atua na instituição de regularidades discursivas a respeito daquilo que aborda em suas matérias. Ao divulgar pesquisas sobre a sexualidade feminina, portanto, *Superinteressante* trabalha na institucionalização de sentidos sobre a mulher.

Ao discutir a presença de mulheres nas instituições de pesquisa científica, Lima e Souza (2011) aponta que

enquanto avança o conhecimento científico, estranhamente se reinventam as explicações biológicas sobre as diferenças entre mulheres e homens, conferindo valor diferenciado às características ditas masculinas e femininas, sempre hierarquizando essas diferenças com prejuízo das mulheres. (p. 25)

O mesmo ocorre na divulgação científica. *Superinteressante*, mesmo quando se propõe a questionar determinadas concepções a respeito da sexualidade feminina, acaba por reproduzir diversos já-ditos sobre a mulher e o seu desejo, atrelados a uma determinação biológica. Embora compareçam no discurso da revista os questionamentos e as contradições que integram nossa formação social, marcada por embates entre grupos conservadores e feministas, entre outros, também ocorre o retorno de uma memória de gênero e sexualidade que vem desde antes do século XIX.

REFERÊNCIAS

-
- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In.: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BAALBAKI, A. C. F. *A revista Ciência Hoje das Crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 697-639
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].
- CALLEGARI, J. Amor – O início. *Superinteressante*, São Paulo, 3 jun. 2010. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/amor-o-inicio/>>. Acesso em: 15/06/2017.
- CIVITA, V. Carta ao leitor. *Superinteressante*, São Paulo, 19 set. 2012 [1987]. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blog/superblog/leia-a-primeira-carta-ao-leitor-que-saiu-na-edicao-1-da-super/>>. Acesso em: 15/06/2017.
- CONNEL, R. The big picture: masculinities in recent world history. *Theory and society*, Saint Louis, v. 22, n. 5, pp. 597-623, out. 2000.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2017 [1981].
- GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LUCÍRIO, I.D. Farmácia do prazer. *Superinteressante*, São Paulo, 31 ago. 1998. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/farmacia-do-prazer/>>. Acesso em: 15/06/2017.
- MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1995 [1973].
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel*

Pêcheux. 3. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-161.

PEIXOTO, F. Viva Afrodite!. *Superinteressante*, São Paulo, 30 set. 2000. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/viva-afrodite/>>. Acesso em: 15/06/2017.

SARMATZ, L. Inocência roubada. *Superinteressante*, São Paulo, 30 abr. 2012. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/inocencia-roubada/>>. Acesso em: 15/06/2017.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (org.).